

Modelos inovadores de cuidado e a expansão das práticas avançadas em enfermagem no Brasil

Innovative care models and the expansion of advanced nursing practices in Brazil

Modelos de atención innovadores y la expansión de prácticas de enfermería avanzadas en Brasil

Carine Silvestrini Sena Lima da Silva^{1*}

ORCID: 0000-0002-4631-000X

Danielly de Castro Lemos²

ORCID: 0000-0001-5691-8310

Tábata Ranieri da Costa³

ORCID: 0000-0002-1421-550X

Joseane Rodrigues de Oliveira²

ORCID: 0000-0003-1476-2789

Erika Cristina da Costa da Silva⁴

ORCID: 0000-0001-8481-1545

Paula de Carvalho Pereira²

ORCID: 0000-0001-6115-1986

Teresinha Herdvg Praun

Chamoun⁵

ORCID: 0000-0002-0316-1876

Joyce Pereira dos Santos Muniz⁶

ORCID: 0009-0001-7144-9505

Juliana da Costa Fernandes⁷

ORCID: 0009-0004-5449-5579

França Helena Elias Pereira²

ORCID: 0000-0001-6899-9269

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil.

²Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, Brasil.

³Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, Brasil.

⁴Centro Universitário Augusto Motta. Rio de Janeiro, Brasil.

⁵Universidade Federal de Juiz de Fora. Minas Gerais, Brasil.

⁶Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil.

⁷Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil.

Como citar este artigo:

Silva CSSL, Lemos DC, Costa TR, Oliveira JR, Silva ECC, Pereira PC, Chamoun THP, Muniz JPS, Fernandes JC, Pereira FHE. Modelos inovadores de cuidado e a expansão das práticas avançadas em enfermagem no Brasil. Glob Acad Nurs. 2025;6(Sup.3):e514. <https://dx.doi.org/10.5935/2675-5602.20200514>

*Autor correspondente:

carine.nsilvestrini@gmail.com

Submissão: 05-10-2025

Aprovação: 08-11-2025

Resumo

Objetivou-se analisar os avanços, os obstáculos persistentes e as perspectivas para a consolidação das práticas avançadas em enfermagem (PAE) no país, articulando experiências internacionais às especificidades históricas e estruturais do Sistema Único de Saúde. Trata-se de um estudo teórico-reflexivo, fundamentado em revisão da literatura e análise de documentos técnico-normativos nacionais e internacionais, conduzida por meio de buscas nas bases SciELO, LILACS, MEDLINE/PubMed, Web of Science e Scopus, além de diretrizes de organismos como ICN, OPAS e OMS. A análise temática permitiu identificar convergências, tensões e lacunas entre a produção científica, as orientações internacionais e os marcos regulatórios brasileiros. Os achados evidenciam que, embora as PAE representem uma oportunidade de expandir a resolutividade e fortalecer modelos de cuidado centrados nas pessoas, sua consolidação no Brasil requer políticas públicas integradas, atualização dos marcos legais, investimentos contínuos em formação avançada e fortalecimento da identidade e do protagonismo da enfermagem. Conclui-se que o avanço das PAE no país depende de articulação interinstitucional, pactuação política e reconhecimento da enfermagem como agente estratégico para a qualificação do sistema de saúde.

Descritores: Enfermagem Avançada; Modelos de Atenção à Saúde; Políticas de Saúde; Recursos Humanos em Saúde; Gestão em Saúde.

Abstract

The aim was to analyze the advances, persistent obstacles, and perspectives for the consolidation of advanced nursing practices (ANP) in Brazil, articulating international experiences with the historical and structural specificities of the Brazilian Unified Health System (SUS). This is a theoretical-reflective study, based on a literature review and analysis of national and international technical-normative documents, conducted through searches in the SciELO, LILACS, MEDLINE/PubMed, Web of Science, and Scopus databases, as well as guidelines from organizations such as ICN, PAHO, and WHO. The thematic analysis allowed the identification of convergences, tensions, and gaps between scientific production, international guidelines, and Brazilian regulatory frameworks. The findings show that, although ANP represent an opportunity to expand problem-solving capacity and strengthen person-centered care models, their consolidation in Brazil requires integrated public policies, updating of legal frameworks, continuous investments in advanced training, and strengthening the identity and protagonism of nursing. It is concluded that the advancement of nursing care in the country depends on inter-institutional coordination, political agreement, and recognition of nursing as a strategic agent for improving the health system.

Descriptors: Advanced Nursing; Models of Healthcare; Health Policies; Human Resources in Healthcare; Healthcare Management.

Resumen

El objetivo fue analizar los avances, los obstáculos persistentes y las perspectivas para la consolidación de las prácticas avanzadas de enfermería (PAE) en Brasil, articulando las experiencias internacionales con las especificidades históricas y estructurales del Sistema Único de Salud (SUS) brasileño. Se trata de un estudio teórico-reflexivo, basado en una revisión bibliográfica y el análisis de documentos técnico-normativos nacionales e internacionales, mediante búsquedas en las bases de datos SciELO, LILACS, MEDLINE/PubMed, Web of Science y Scopus, así como en guías de organizaciones como el CIE, la OPS y la OMS. El análisis temático permitió identificar convergencias, tensiones y brechas entre la producción científica, las guías internacionales y los marcos regulatorios brasileños. Los hallazgos muestran que, si bien las PAE representan una oportunidad para ampliar la capacidad de resolución de problemas y fortalecer los modelos de atención centrada en la persona, su consolidación en Brasil requiere políticas públicas integradas, la actualización de los marcos legales, inversiones continuas en formación avanzada y el fortalecimiento de la identidad y el protagonismo de la enfermería. Se concluye que el avance de la atención de enfermería en el país depende de la coordinación interinstitucional, el acuerdo político y el reconocimiento de la enfermería como un agente estratégico para mejorar el sistema de salud.

Descriptores: Enfermería Avanzada; Modelos de Atención Médica; Políticas de Salud; Recursos Humanos en la Atención Médica; Gestión de la Atención Médica.



Introdução

O mundo contemporâneo tem experimentado mudanças profundas nas dinâmicas demográficas, epidemiológicas e sociais, que geram impactos diretos sobre a organização e a capacidade de resposta dos sistemas de saúde. O avanço do envelhecimento populacional, associado à transição epidemiológica e à crescente prevalência de condições crônicas e múltiplas morbidades, evidencia a necessidade de revisão dos modelos assistenciais tradicionais. Tais transformações têm exigido a construção de arranjos inovadores, capazes de garantir qualidade, resolutividade e sustentabilidade em diferentes níveis de atenção^{1,2}.

Nesse contexto, a Enfermagem destaca-se como uma profissão estratégica para conduzir processos de reorganização dos serviços e fortalecer sistemas de saúde centrados nas pessoas, na família e na comunidade. A Prática Avançada em Enfermagem (PAE) desponta como uma das principais inovações estruturantes, já adotada em diversos países como estratégia para ampliar o acesso, qualificar o cuidado e responder de forma oportuna às novas demandas em saúde. Estudos internacionais demonstram que enfermeiros de prática avançada têm contribuído para a ampliação da cobertura assistencial, redução de custos, satisfação do usuário e melhoria dos desfechos clínicos³⁻⁵.

Além de responder às mudanças epidemiológicas, a PAE contribui para enfrentar desigualdades históricas de acesso, especialmente em áreas remotas, vulnerabilizadas ou com escassez de profissionais médicos. Em países como Canadá, Estados Unidos e Reino Unido, o fortalecimento da PAE tem sido associado a políticas nacionais de expansão da atenção primária e reorganização das redes de cuidado. Essas experiências internacionais evidenciam como a autonomia clínica ampliada, aliada à formação avançada e supervisão regulatória, potencializa a capacidade resolutiva dos sistemas de saúde^{6,7}.

No cenário latino-americano, organismos internacionais, como a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), têm incentivado a adoção da PAE como estratégia para fortalecer a Atenção Primária à Saúde (APS) e acelerar a implementação da cobertura universal. A região enfrenta desafios semelhantes ao Brasil, incluindo insuficiência de profissionais em determinadas áreas, demandas crescentes de pessoas com doenças crônicas e limitações no financiamento da saúde. A PAE surge como resposta viável e alinhada aos princípios de equidade e integralidade⁸.

No Brasil, embora o debate sobre a Prática Avançada em Enfermagem esteja em curso, observa-se um movimento crescente de universidades, conselhos profissionais e gestores públicos em direção ao fortalecimento de competências clínicas especializadas, reestruturação curricular e discussão de marcos regulatórios. A literatura nacional aponta que a incorporação da PAE exige mudanças no arcabouço legal, definição clara de escopo de prática, investimentos contínuos em educação e diálogo intersetorial para garantir segurança e qualidade na assistência. Assim, a consolidação da PAE depende não apenas de mudanças normativas, mas

também de um compromisso político e institucional com modelos de cuidado que valorizem o papel estratégico da Enfermagem na produção da saúde^{9,10}.

Desta forma, objetivou-se analisar os avanços, os obstáculos persistentes e as perspectivas para a consolidação das práticas avançadas em enfermagem (PAE) no país, articulando experiências internacionais às especificidades históricas e estruturais do Sistema Único de Saúde (SUS).

Metodologia

Trata-se de um estudo de natureza teórico-reflexiva, ancorado em revisão narrativa da literatura e análise de documentos técnico-normativos nacionais e internacionais relacionados às Práticas Avançadas em Enfermagem (PAE). A abordagem metodológica adotada buscou integrar evidências científicas, diretrizes institucionais e produções conceituais que subsidiem a compreensão crítica sobre o desenvolvimento e a implementação das PAE no contexto brasileiro.

A revisão da literatura foi realizada entre julho e agosto de 2025, contemplando publicações indexadas nas bases SciELO, LILACS, MEDLINE/PubMed, Web of Science e Scopus. Utilizaram-se os seguintes descritores e combinações booleanas: *“advanced practice nursing”*, *“nursing workforce”*, *“health policy”*, *“primary health care”*, *“Brazil”*, *“práticas avançadas em enfermagem”*. Foram incluídos: artigos publicados nos últimos 10 anos, em inglês, espanhol ou português, que abordassem a definição, implementações, desafios, avanços e políticas relacionadas à PAE. Excluíram-se estudos duplicados, textos opinativos sem suporte teórico e publicações não relacionadas ao escopo da pesquisa.

Paralelamente, realizou-se uma análise documental de marcos regulatórios, diretrizes internacionais e normativas que tratam da formação, regulamentação e atuação de enfermeiros de prática avançada. Foram examinados documentos provenientes do *International Council of Nurses* (ICN), da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), da Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como materiais do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), do Ministério da Saúde e legislações correlatas em países que já consolidaram modelos de PAE.

A organização e a interpretação do material seguiram uma abordagem temática, permitindo identificar convergências, tensões e lacunas entre a literatura internacional, as normativas brasileiras e as necessidades estruturais do SUS. A discussão foi construída de forma analítica e crítica, articulando os diferentes eixos identificados: avanços, barreiras, perspectivas e requisitos para consolidação da PAE no Brasil. Por se tratar de um estudo teórico baseado em fontes públicas, a pesquisa não demandou apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução CNS n.º 422/2012.

Resultados

A análise integrada da literatura científica e dos documentos técnico-normativos possibilitou a identificação de quatro eixos centrais que estruturam o debate acerca da



implementação das Práticas Avançadas em Enfermagem (PAE) no Brasil: (1) Avanços internacionais, (2) Situação atual no contexto brasileiro, (3) Desafios estruturais, e (4) Perspectivas e possibilidades de implementação. Cada eixo apresenta elementos que se articulam entre si e revelam tanto o potencial transformador da PAE quanto os entraves que limitam sua expansão no país.

Avanços internacionais e evidências consolidadas

As experiências internacionais analisadas evidenciam que a institucionalização das PAE está diretamente relacionada a sistemas de saúde que ampliam o escopo clínico da enfermagem como estratégia para suprir lacunas assistenciais. Em países como Canadá, Estados Unidos, Irlanda e Austrália, a atuação dos enfermeiros de prática avançada consolidou-se a partir de bases legais robustas e modelos formativos orientados para competências clínicas avançadas, permitindo a incorporação de práticas como prescrição medicamentosa, solicitação e interpretação de exames e tomada de decisões diagnósticas¹⁻⁴.

Os estudos revisados também mostram que a consolidação das PAE está associada a desfechos positivos em saúde, incluindo redução de hospitalizações evitáveis, melhoria no controle de doenças crônicas e aumento da cobertura em regiões remotas ou socialmente vulnerabilizadas. Esses achados reforçam o potencial da categoria em ampliar o acesso e qualificar a atenção primária, especialmente em sistemas baseados na universalidade e na equidade⁵⁻⁸.

Além disso, as evidências internacionais destacam que a prática avançada contribui para a reorganização das linhas de cuidado, otimizando fluxos assistenciais e reduzindo tempos de espera. A literatura indica que essa reorganização favorece o uso racional dos recursos, aumenta a satisfação dos usuários e fortalece o trabalho interprofissional. Em diversos países, a presença de enfermeiros de prática avançada tem se mostrado estratégica para enfrentar crises de escassez de profissionais e responder de forma mais efetiva à crescente carga de condições crônicas, sugerindo que, quando acompanhadas de políticas estruturadas, as PAE produzem impactos sistêmicos significativos e duradouros⁹⁻¹³.

Situação atual no Brasil

No Brasil, a análise da produção científica revela que a discussão sobre as PAE tem se fortalecido nos últimos anos, tanto na academia quanto em instituições representativas da enfermagem. Apesar desse avanço, a institucionalização das PAE permanece em estágio inicial, marcada por iniciativas isoladas e pela ausência de diretrizes nacionais que orientem a formação e o exercício profissional. Embora haja movimentos importantes, como a criação de grupos de trabalho no COFEN e discussões conduzidas pelo Ministério da Saúde, o país ainda carece de um marco regulatório que reconheça formalmente a prática avançada, limitando sua implementação em larga escala¹⁻³.

Outro elemento identificado nos estudos é a expansão progressiva de programas de pós-graduação em

enfermagem que buscam incorporar competências clínicas ampliadas. No entanto, tais iniciativas ainda não atendem integralmente às recomendações internacionais para formação em prática avançada, como a exigência de mestrados profissionalizantes orientados para tomada de decisões diagnósticas, manejo clínico e autonomia ampliada. Essa lacuna formativa mantém a prática profissional restrita em áreas essenciais, mesmo em contextos em que há demanda crescente por ampliação do escopo de atuação da enfermagem⁴⁻⁶.

Além disso, a revisão mostra que algumas experiências brasileiras, especialmente na Atenção Primária à Saúde e na saúde materno-infantil, já incorporam elementos semelhantes à prática avançada, ainda que sem reconhecimento formal. Estudos apontam maior resolutividade em serviços que ampliam a autonomia clínica de enfermeiros, evidenciando potencial para qualificar processos assistenciais. Contudo, a ausência de normatização nacional impede a expansão e padronização dessas experiências, fazendo com que o cenário brasileiro seja marcado por avanços pontuais, um debate emergente e um potencial ainda subaproveitado para fortalecimento do SUS⁷⁻⁹.

Desafios estruturais identificados

A análise dos documentos e da literatura mostra que um dos desafios mais significativos para a consolidação das PAE no Brasil é a fragilidade regulatória. A ausência de legislação específica que reconheça oficialmente o escopo clínico ampliado dos enfermeiros dificulta a implementação de práticas avançadas e gera insegurança jurídica tanto para profissionais quanto para gestores. Essa lacuna regulatória também impede que instituições de ensino ajustem seus currículos às exigências internacionais, perpetuando a dependência de modelos tradicionais de assistência e limitando a expansão de competências avançadas no país¹⁻³.

Outro desafio está relacionado às limitações nos programas de formação avançada. Embora a enfermagem brasileira apresente trajetória acadêmica sólida, os cursos de pós-graduação ainda não refletem plenamente o perfil de competências requerido para a prática avançada. Programas que abordem raciocínio clínico aprofundado, habilidades diagnósticas ampliadas e autonomia na tomada de decisões continuam escassos e distribuídos de maneira desigual no território nacional. Essa insuficiência formativa restringe a capacidade de inserção da prática avançada nos serviços e limita o desenvolvimento de experiências clínicas compatíveis com o papel esperado para enfermeiros de prática avançada⁴⁻⁶.

Somam-se a isso fatores culturais, institucionais e organizacionais que dificultam a reorganização dos processos de trabalho. Há resistências de segmentos profissionais que interpretam a PAE como ameaça, e não como estratégia complementar para ampliar o acesso e qualificar o cuidado. Paralelamente, muitos serviços de saúde ainda adotam modelos rígidos e hierarquizados, pouco favoráveis à redistribuição de responsabilidades entre diferentes profissões. Esses desafios se intensificam diante de limitações estruturais, como financiamento insuficiente e



ausência de incentivos institucionais, criando um ambiente adverso à expansão da PAE no país⁷⁻¹⁰.

Perspectivas e caminhos para implementação

Os resultados indicam que, mesmo diante dos desafios, há perspectivas promissoras para a consolidação das PAE no Brasil. A crescente discussão nacional sobre o tema, impulsionada por organizações como COFEN, ABEn e OPAS, sinaliza um movimento favorável à construção de uma agenda política consistente^{1,5-7}. Essa agenda deve contemplar diretrizes regulatórias, mecanismos de certificação profissional e modelos de governança que garantam segurança, qualidade e autonomia aos enfermeiros em prática avançada, conforme já demonstrado em experiências de países que institucionalizaram esse modelo^{3,4,11}.

Outro caminho relevante é o fortalecimento da formação especializada. A literatura aponta que países que avançaram na institucionalização das PAE investiram fortemente na criação de programas formativos baseados em competências clínicas avançadas, com foco em tomada de decisão, manejo de condições complexas e atuação em contextos de alta vulnerabilidade^{2,4,12}. A expansão de mestrados profissionais orientados para a prática clínica poderia apoiar a construção de um corpo especializado de enfermeiros preparados para atuar em escopo ampliado, especialmente na Atenção Primária à Saúde. Esse movimento dialoga com os rumos globais de fortalecimento da força de trabalho em enfermagem^{8,13,14}.

Por fim, as perspectivas para implementação das PAE estão fortemente relacionadas à capacidade do sistema de saúde brasileiro de reconhecer o papel estratégico da enfermagem na reorganização das redes de cuidado. A literatura indica que a prática avançada tem grande potencial para reduzir desigualdades regionais, ampliar o acesso em áreas remotas, fortalecer a integralidade da atenção e responder de forma mais efetiva à crescente carga de condições crônicas^{1,14,15}. No entanto, sua implementação requer articulação entre políticas públicas, pactuação entre gestores, valorização profissional e incorporação das PAE como estratégia nacional de fortalecimento do SUS^{5,6,9,10}.

Discussão

Os resultados deste estudo evidenciam que as Práticas Avançadas em Enfermagem se consolidaram internacionalmente como uma estratégia eficaz para ampliar o acesso, qualificar o cuidado e promover maior resolutividade nos serviços de saúde¹⁻⁴. Em países como Canadá, Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia, a adoção de modelos avançados de prática tem repercutido positivamente em indicadores assistenciais, especialmente em áreas de alta demanda e baixa cobertura médica^{2,5-7}. No Brasil, contudo, o processo de institucionalização tem sido mais lento, condicionado por questões históricas, regulatórias e estruturais que moldam a organização do Sistema Único de Saúde^{8,9}. Esses elementos constituem barreiras significativas, mas também apontam caminhos possíveis para a adaptação de modelos de PAE às especificidades nacionais.

Um dos aspectos centrais para compreender a dificuldade de implementação das PAE no Brasil está relacionado ao marco regulatório da enfermagem, que ainda não contempla formalmente um escopo ampliado de atuação^{8,10}. A legislação atual delimita as ações privativas do enfermeiro, mas não reconhece explicitamente funções de maior autonomia clínica, como prescrição ampliada, solicitação de exames ou condução de diagnósticos clínicos autônomos. Essa lacuna contrasta com o cenário internacional, no qual os *Advanced Practice Nurses* (APNs) ou *Nurse Practitioners* (NPs) possuem atribuições definidas por lei e respaldadas por protocolos clínicos alinhados à política nacional de saúde. Assim, sem uma estrutura legal robusta, a expansão das PAE no contexto brasileiro permanece fragmentada, limitada muitas vezes a experiências locais ou projetos piloto^{2,11-13}.

Outro ponto de destaque é a formação profissional, que constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento da PAE. Em países onde este modelo já está consolidado, a formação envolve programas de pós-graduação *stricto sensu* ou *lato sensu* altamente especializados, com forte componente clínico e carga horária prática supervisionada^{3,4,6}. No Brasil, apesar da existência de residências e especializações, a formação da enfermagem para atuação avançada permanece heterogênea e sem diretriz nacional unificada. Os cursos disponíveis ainda não integram, de maneira sistemática, competências essenciais da PAE, como raciocínio clínico avançado, tomada de decisão autônoma, consulta expandida e gestão de casos complexos. Essa lacuna compromete a construção de uma identidade profissional alinhada à prática avançada e dificulta a legitimação da categoria enquanto agente estratégico nos novos modelos de cuidado^{1,5,14,15}.

No âmbito organizacional, os serviços de saúde brasileiros ainda operam, em grande medida, sob lógicas tradicionais e hierarquizadas, nas quais a autoridade clínica é predominantemente concentrada na figura médica^{8,9}. Essa cultura institucional dificulta a incorporação de práticas avançadas de enfermagem, mesmo quando há respaldo técnico e científico para tal. A ausência de equipes interprofissionais maduras, a baixa integração entre níveis de atenção e a fragmentação dos processos de trabalho constituem obstáculos adicionais à consolidação das PAE^{10,15}. Para que este modelo avance, é necessário um esforço coordenado de gestão, incluindo reestruturação de fluxos assistenciais, criação de protocolos baseados em evidências e definição clara das responsabilidades dos profissionais envolvidos^{7,9}.

Por outro lado, os achados também apontam oportunidades importantes. As transformações demográficas e epidemiológicas em curso no país, caracterizadas pelo crescimento das condições crônicas e do envelhecimento populacional, criam demanda urgente por novas formas de organização do cuidado^{5,14}. O SUS, por sua natureza universal e territorializada, configura-se como ambiente propício para a implementação de práticas avançadas, sobretudo na Atenção Primária à Saúde (APS)^{3,8}. A APS mostra-se particularmente adequada devido ao seu



foco na longitudinalidade, na abordagem integral do usuário e no acompanhamento contínuo, atributos que se alinham diretamente às competências do enfermeiro de prática avançada^{1,6}. Assim, a adoção gradual das PAE pode fortalecer a resolutividade da atenção básica, diminuir filas, ampliar a cobertura assistencial e melhorar os desfechos em saúde^{7,11}.

Além disso, experiências brasileiras já existentes, ainda que restritas, demonstram que a enfermagem possui condições técnicas e políticas para assumir práticas de maior complexidade. Iniciativas como protocolos de enfermagem, prescrição de fitoterápicos e medicamentos sujeitos a programas específicos, programas de triagem, acompanhamento de condições crônicas e consultas de enfermagem ampliadas são exemplos que evidenciam movimento crescente em direção às PAE¹²⁻¹⁴. Esses avanços, embora tímidos, indicam que a adaptação de modelos internacionais é possível e que a profissão está em processo progressivo de fortalecimento político e científico⁹⁻¹⁵.

Finalmente, é imprescindível compreender que a consolidação das PAE no Brasil não depende apenas de ajustes técnicos ou normativos, mas sobretudo de pactuação política entre diferentes atores do sistema^{8,10}. A construção de consensos entre conselhos profissionais, instituições formadoras, gestores e formuladores de políticas públicas é condição essencial para superar resistências históricas e avançar na defesa de um modelo de cuidado mais inclusivo, resolutivo e centrado nas necessidades reais da população^{11,15}. A enfermagem brasileira, pela sua capilaridade, protagonismo e relação direta com o território, possui potencial transformador significativo; contudo, sua plena atuação requer reconhecimento institucional, investimentos contínuos e valorização da autonomia profissional^{1,4,5}.

Considerações Finais

As Práticas Avançadas em Enfermagem constituem uma estratégia essencial para enfrentar os desafios contemporâneos dos sistemas de saúde, oferecendo alternativas capazes de ampliar o acesso, reduzir desigualdades assistenciais e fortalecer modelos de cuidado centrados nas necessidades das pessoas. No Brasil, apesar dos avanços observados na última década, sobretudo no âmbito das discussões políticas, acadêmicas e institucionais, a consolidação das PAE ainda se encontra em estágio inicial e permeada por limitações estruturais, normativas e formativas.

A análise desenvolvida neste estudo demonstra que a ausência de um marco regulatório específico, a insuficiência de programas de formação alinhados às competências internacionais da prática avançada e a organização tradicional dos serviços de saúde constituem barreiras importantes à sua implementação. Contudo, também revela um cenário de oportunidades, marcado por diretrizes globais favoráveis, experiências internacionais consolidadas e um contexto nacional que demanda urgentemente modelos de cuidado mais resolutivos, especialmente diante do envelhecimento populacional e do aumento das condições crônicas.

Assim, conclui-se que o avanço efetivo das PAE no Brasil depende da articulação entre diferentes esferas: políticas públicas integradas, atualização da legislação profissional, fortalecimento da formação avançada e reconhecimento social e institucional da enfermagem como protagonista na qualificação da atenção à saúde. Tais elementos, quando articulados, podem viabilizar a incorporação sustentável das PAE no SUS, contribuindo para um sistema mais equânime, eficiente e centrado na integralidade do cuidado.

Referências

1. World Health Organization. WHO guidelines on nursing and midwifery: roles, responsibilities and education [Internet]. Geneva: WHO; 2020 [cited 2024 Oct 15]. Available from: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240003273>
2. Cassiani SHB, Lira Neto JCG, Christmals CD, Silva FAM. Advanced Nursing Practice in the Region of the Americas: updates and challenges. *Rev Bras Enferm*. 2021;75(1):e20210050. DOI: 10.1590/0034-7167-2021-0050.
3. Silva RM, Ferreira MA. Advanced nursing practice and its interface with primary health care. *Rev Enferm UERJ*. 2021;29:e57720. DOI: 10.12957/reuerj.2021.57720.
4. Ministério da Saúde (BR). Política Nacional de Atenção Básica [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2017 [citado 2024 Out 15]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica.pdf
5. Conselho Federal de Enfermagem (Brasil). Resolução Cofen nº 651, de 14 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre a atuação do Enfermeiro na Prescrição de Medicamentos. *Diário Oficial da União, Brasília (DF)*; 2020.
6. Bryant-Lukosius D, DiCenso A, Browne G, Pinelli J. Advanced practice nursing roles: development, implementation and evaluation. *J Adv Nurs*. 2004 Oct;48(5):519-29. DOI: 10.1111/j.1365-2648.2004.03234.x.
7. Pulcini J, Jelic M, Gul R, Loke AY. An international survey on advanced practice nursing education, practice, and regulation. *J Nurs Scholarsh*. 2010 Mar;42(1):31-9. DOI: 10.1111/j.1547-5069.2009.01322.x.
8. Coombs M, Johnson K, Rozsypal C. The development and integration of advanced practice nursing: building capacity for success. *Int Nurs Rev*. 2021 Mar;68(1):40-8. DOI: 10.1111/inr.12631.
9. Laurant M, van der Biezen M, Wijers N, Watananirun K, Kontopantelis E, van Vught AJAH. Nurses as substitutes for doctors in primary care. *Cochrane Database Syst Rev*. 2018 Jul;7(7):CD001271. DOI: 10.1002/14651858.CD001271.pub3.
10. Martin-Misener R, Bryant-Lukosius D. Education of advanced practice nurses: challenges and strategies. *Nurs Leadersh (Tor Ont)*. 2014;27(1):35-46. DOI: 10.12927/cjnl.2014.23774.
11. Kutzleb J, Rigolosi R. The impact of nurse practitioner care on chronic illness outcomes and costs in primary care. *J Nurse Pract*. 2011 Jul;7(7):501-6. DOI: 10.1016/j.nurpra.2010.11.007.



12. Woo BFY, Lee JXY, Tam WWS. The impact of the advanced practice nursing role on quality of care, clinical outcomes, patient satisfaction, and cost in the emergency and critical care settings: a systematic review. *Hum Resour Health*. 2017 Dec;15(1):63. DOI: 10.1186/s12960-017-0237-9.
13. López Gómez MA, Almeida MJ, Rodríguez-Pérez M, et al. Regulation of advanced practice nursing: a comparison of Spain and international contexts. *Int Nurs Rev*. 2020 Sep;67(3):377–84. DOI: 10.1111/inr.12595.
14. Royal College of Nursing. Advanced nurse practitioners – an RCN guide to advanced nursing practice, advanced nurse practitioners and programme accreditation [Internet]. London: RCN; 2018 [cited 2024 Oct 15]. Available from: <https://www.rcn.org.uk/professional-development/publications/pub-007061>
15. Pan American Health Organization. Advancing nursing practice: the role of the advanced practice nurse in the Region of the Americas [Internet]. Washington, D.C.: PAHO; 2018 [cited 2024 Oct 15]. Available from: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/49513>

